

Governo precisa rolar 84 bilhões em papéis até abril

Prazo da dívida do Banco Central e do Tesouro em títulos com o mercado encurtou muito após a crise do Sudeste da Ásia

Marcelo Aguiar

• O Governo está enfrentando o desafio de rolar nos primeiros quatro meses do ano nada menos que 37% de toda a sua dívida no mercado interno, hoje de cerca de R\$ 225 bilhões. Entre janeiro e abril, o Banco Central e o Tesouro Nacional se deparam com o vencimento de títulos no valor total de R\$ 84,3 bilhões. Essa concentração é mais um efeito colateral da crise do Leste da Ásia sobre o mercado brasileiro: depois de 27 de outubro, quando a Bolsa de Hong Kong entrou em colapso, o Banco Central se viu obrigado a vender papéis mais curtos para conseguir dinheiro emprestado e rolar sua dívida mobiliária.

Fevereiro é um mês particularmente difícil. Serão R\$ 31,2 bilhões em resgates. De uma só vez, no dia 1º, o Tesouro terá que recomprar R\$ 12,6 bilhões em LTNs, LFTs e NTNs. É uma situação desconfortável: o mercado pode não ter tanto dinheiro em caixa, na hora do vencimento, e pode exigir do Governo taxas muito altas para emprestar quantia tão alta.

BC começa a fazer leilões para se antecipar a fevereiro

A estratégia do BC para evitar essa dificuldade aparentemente já está em andamento. No lugar de rolar vencimentos desse porte de uma só vez, o BC começou a fazer leilões espaçados de títulos, em dias em que não há título vencendo, para se antecipar ao resgate. Na terça-feira, dois leilões de LTNs, com vencimento em três e quatro meses, arrecadaram

pouco menos de R\$ 3,5 bilhões.

O uso de títulos mais curtos, em decorrência da crise da Ásia, atrapalhou o programa do Governo de alongar progressivamente os prazos da dívida pública. Esse programa só pôde continuar parcialmente, com a emissão de títulos indexados ao dólar. Não é difícil verificar que as NTNs-D e as NBC-Es, corrigidas pela variação do dólar, dobraram sua participação na dívida federal de outubro

para cá, superando 20% do total dos títulos.

Ontem o BC vendeu mais R\$ 500 milhões em NBC-Es e R\$ 2,8 bilhões em um título prefixado, as BBCs. Os leilões, os primeiros depois do anúncio da nova banda do câmbio, foram bem-sucedidos. As BBCs, de prazo curtíssimo — 23 dias — saíram com taxa pouco inferior às que são indicadas pelos contratos futuros de juros, na casa de 37% ao ano.

As NBC-Es, com vencimento no ano que vem, também saíram com taxa menor do que nos últimos leilões, a 13,77% ao ano acima do câmbio. Foi um sinal de que parte do mercado acredita que o real poderá sofrer desvalorização pouco mais rápida este ano, com cortes de 0,7 centavo por mês na cotação.

O Governo brasileiro já prepara novas captações no mercado internacional através do lança-

mento de bônus da República. A volta do Brasil ao mercado externo de títulos deverá ser feita fora dos mercados em dólar, segundo o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Demosthenes Madureira de Pinho Neto. Para o diretor, os preços nos mercados que usam como referência o dólar estão muito altos em decorrência da crise no Sudeste da Ásia.

— Não nos interessa pagar um prêmio mais alto do que podería-

mos pagar. Mas já está na hora de voltarmos ao mercado e essa volta poderá acontecer antes do esperado — disse Pinho Neto.

A previsão do Governo era lançar os papéis, até o fim do semestre, mas a operação deverá ser até o fim de março. A captação poderá ser em escudos, marcos alemães, liras e ienes. ■

COLABORARAM Sheila D'Amorim e Gustavo Freire



Sergio Marques

TRADUZINDO O ECONOMES

Títulos cobrem déficit público

• O Governo federal vende títulos no mercado para buscar o financiamento de que necessita para cobrir o déficit nas suas contas. Esses títulos pagam uma taxa de juros à instituição que os compra, que baliza todos os juros da economia. Quanto mais longos os prazos de vencimento desses papéis, maior a folga de que o Governo dispõe para se financiar, sem se expor a pressões do mercado. Em situações de tensão como a da crise da Ásia, os bancos não gostam de se arriscar a emprestar dinheiro por prazos muito longos. Por esse motivo, o Governo se viu obrigado a oferecer títulos mais curtos nos últimos meses.